

**O AINDA NÃO-COLONIZADO COMO REFERÊNCIA DIVERSA AO
RELACIONAMENTO MODERNO COM A TERRA**

*THE YET NON-COLONIZED AS A VARIOUS REFERENCE TO THE MODERN
RELATIONSHIP WITH THE EARTH*

Thiago Rodrigues Gonçalves¹

RESUMO: A tarefa a que se dedica a forma hegemônica de humanidade consiste em garantir as condições para a reprodutibilidade de seu modo de existência particular, cuja característica fundamental é a “cisão ontológica” que a aparta das demais coexistências em função da crença na excepcionalidade da racionalidade humana, que, por sua vez, autoriza uma atitude irresponsabilizável frente à produção de catástrofe que resulta do ímpeto colonizador da Terra esposado pelo ethos humano moderno, com fins a tornar a tudo em recursos (naturais e humanos) utilizáveis. Em contrário a esse avanço colonizador violento próprio da Modernidade permanecem modos e formas de existência que escapam ao desejo de controle experienciado como modo existencial e relacional pela humanidade moderna, compondo um conjunto amplo e complexo que denominamos como o que está, sob a perspectiva humana moderna, “ainda não-colonizado”. Ainda assim, tais modos e formas de existência divergentes ao projeto colonizador moderno compõem, mesmo com a forma hegemônica de humanidade, a relação dialógica que funda e exprime a “arena cosmopolítica”, cujo reconhecimento propomos como possibilidade diversa ao modo de relacionamento moderno que a humanidade vem mantendo com a Terra e demais coexistências, inclusive indagando sobre a possibilidade da consideração – atenciosa e cuidadosa – de “geograficidades diversas” à hegemonia humana moderna.

PALAVRAS-CHAVE: Ethos humano moderno. Colonização existencial. Geograficidades diversas.

ABSTRACT: The task to which the hegemonic form of humanity is dedicated is to guarantee the conditions for the reproducibility of its particular mode of existence, whose fundamental characteristic is the “ontological split” that separates it from other coexistences due to the belief in the exceptionality of human rationality, which, in turn, authorizes an irresponsible attitude towards the production of catastrophe that results from the colonizing impetus of the Earth espoused by the modern human ethos, with the aim of turning everything into usable (natural and human) resources. Contrary to this violent colonizing advance typical of Modernity, modes and forms of existence remain that escape the desire for control experienced as an existential and relational mode by modern humanity, composing a broad and complex set that we call, from the modern human perspective, that what is “yet non-colonized”. Even so, such modes and forms of existence that are divergent from the modern colonizing project compose, even with the hegemonic form of humanity, the dialogic relationship that founds and expresses the “cosmopolitical arena”, whose recognition we propose as a different possibility to the modern way of relationship that the humanity has been maintaining with the Earth and other coexistences, including inquiring about

¹ Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (PPGEO – Unicamp). E-mail: aldurin@gmail.com.



the possibility of consideration – with attention and care – of “diverse geographcities” to modern human human hegemony.

KEYWORDS: Modern Human Ethos. Existential colonization. Diverses geographcities.

1. CISÃO ONTOLÓGICA E O ÍMPETO COLONIZADOR MODERNO

Nós o chamamos de grão de areia,
mas ele não se considera nem grão nem areia.
Vive perfeitamente bem sem um nome,
seja genérico, particular,
provisório, permanente,
incorreto ou preciso.
Nosso olhar, nosso toque nada significam para ele.
Ele não se sente observado e tocado.
 (“Paisagem com grão de areia”, Wislawa Szymborska)

Hoje, após mais de um ano e três meses desde que a Organização Mundial de Saúde (OMS) classificou o surto de COVID-19 como uma pandemia (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2020a), ainda nos vemos obrigados a aderir a uma série de medidas de prevenção contra o contágio comunitário pelo SARS-CoV-2, o “novo coronavírus”. Ainda hoje são reforçados os avisos de uso regular de máscaras e respiradores filtrantes, de constante higienização das mãos e de evitamento de aglomerações, sobretudo em ambientes fechados e mal ventilados – uma espécie de “mantra”, repetido à exaustão, com resultados mais ou menos eficazes a depender da efetiva adesão do público às recomendações.

A administração de vacinas – desenvolvidas em tempo recorde – tem acontecido de forma profundamente desigual entre os países (EL PAÍS, 2021), com uma concentração importante nos países centrais, enquanto que aos países periféricos resta aguardar por cronogramas de entrega longínquos ou por doações com ares de estratégia geopolítica vertida em ajuda humanitária.

Mesmo a possibilidade de adesão às recomendações voltadas ao controle da disseminação do vírus tem variado grandemente entre populações às quais foram garantidas as condições de se protegerem em casa, com auxílios financeiros para aqueles impedidos de trabalhar, e aquelas populações deixadas à própria sorte, sem qualquer apoio e que, por isso, contaminaram-se em maior proporção, com números de mortes também mais elevados (MOREIRA, 2021).

No dia 31 de julho de 2021, segundo a Universidade Johns Ropkins (2021)², contabilizam-se mais de 198 milhões de contaminações e mais de 4,2 milhões de mortes provocadas pela pandemia de Covid-19, no mundo todo. O Brasil contribui com mais de 19,8 milhões de casos confirmados e mais de 555 mil mortes.

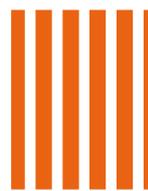
A presença constante do tema – a pandemia de Covid-19 – no horizonte de todo o conjunto da humanidade nos últimos meses decorre do fato de que esse acontecimento, alheio aos seus desejos, fez lembrar a todos, de maneira surpreendentemente óbvia, por um lado, a dimensão da fragilidade dos alicerces que parecem suportar o “edifício civilizatório” construído até agora, e, por outro, a condição de vulnerabilidade existencial (CHUANG, 2020) que permeia o esforço humano de, exatamente, tornar-se soberano de um planeta totalizado – ou seja, submetido a uma única realidade – e pacificado – ou seja, em acordo produzido à força com as demandas de uma única determinação.

Até o momento, as pesquisas indicam que a origem da Covid-19 é zoonótica, isto é, que o vírus SARS-CoV-2 migrou para os humanos de forma indireta (em função do contato de pessoas com morcegos, seus hospedeiros originais), em algum momento no final de 2019, no entorno da cidade chinesa de Wuhan (WANG *et al.*, 2020). O surto inicial foi identificado pelas autoridades sanitárias chinesas. Em janeiro de 2020 a OMS passou a classificá-lo como “emergência de saúde pública de âmbito internacional” (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2020b) e, dois meses depois, declarava a pandemia.

A origem zoonótica do vírus da Covid-19 relaciona-se com perturbações ecológicas antropicamente provocadas (THE LANCET, 2020). As alterações ambientais promovidas por interferências humanas nos sistemas ecológicos têm provocado eventos de “*spillover*” (“transbordamento”) de zoonoses com frequências cada vez mais altas. A destruição de habitats tem obrigado espécies silvestres a um contato mais próximo com as populações humanas e, como uma das consequências, conformam-se as condições para o aparecimento de epidemias – algumas com potencial pandêmico – contra as quais a humanidade não tem defesa imunológica prévia.

A situação que está posta hoje, no contexto da pandemia da Covid-19, reflete em escala planetária as consequências da reprodução do modo de relacionamento humano com a Terra

² “COVID-19 Dashboard by the Center for Systems Science and Engineering (CSSE) at Johns Hopkins University (JHU)”. Disponível em: <https://gisanddata.maps.arcgis.com/apps/dashboards/bda7594740fd40299423467b48e9ecf6>. Acesso em: 31 jul. 2021.





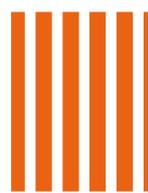
enquanto partícipe e promotora da criação das condições para a ocorrência da vida (LOVELOCK; MARGULIS, 1975), bem como, com o amplo conjunto dos demais entes coexistentes com quem inevitavelmente compartilhamos (e *co-criamos*) as condições atuais, pretéritas e futuras de manutenção e perpetuação da vida – considerando aqui suas expressões as mais diversas, que incluem, porém não se limitam, à vida humana.

A reprodução do modo de relacionamento humano com a Terra e demais coexistências é um evento que acontece de maneiras distintas, de acordo com o ponto de vista que tomamos para considerar seus motivos e suas consequências.

Se a perspectiva que adotamos é o olhar de uma certa forma de humanidade sobre si e sobre o desenrolar histórico da produção das condições sobretudo materiais de sua própria existência, tal acontecimento pode ser – e tem sido – interpretado por essa mesma humanidade como uma progressão que se espera que seja inevitável, derivada do acúmulo técnico-epistêmico conquistado por meio da aplicação eficiente do instrumental prático e teórico constituído pelo uso de uma racionalidade própria a essa forma de humanidade. Ao passo que esse uso particular dessa racionalidade é a característica que fundamentalmente justifica e autoriza a crença arraigada na excepcionalidade dessa humanidade que, então, nomeia a si própria como “os humanos”, frente às demais coexistências –inclusive a outras formas de humanidade – e frente à Terra (DE LA CADENA, 2018; SILVA, 2016; SOARES, 2020).

A excepcionalidade humana, justificada e autorizada pelos autodenominados humanos, permite que o modo de relacionamento mantido com a Terra seja interpretado como um destino a ser cumprido e como um desígnio sobre o qual não é preciso grande reflexão. Uma vez que a progressão é desejado e inevitável, a co-presença da Terra e demais coexistências deve, por conseguinte, servir a esse propósito. Sob essa perspectiva, tudo quanto existe o faz (voluntária ou involuntariamente) em relação a esse tipo humano, como suporte e garantidor da realização de sua existência.

Nesse contexto, as questões sobre cuidado com o que está para além do humano, sobre comedimento diante da delicadeza do amplo arranjo que permite a vida, sobre a necessidade e a justificativa da progressão inevitável, ficam prejudicadas. A racionalidade humana, operacionalizada para permitir a reprodução constante do modo de relacionamento humano com a Terra e demais coexistências, fica sobreposta a todas as considerações em contrário à sua tarefa fundamental e age – inclusive com violência – em nome de seu destino.



A convivência humana com a pluralidade de outros modos de existência nesse sentido fica mediada por uma intencionalidade que busca instrumentalizar a tudo como recursos, reservas materiais, mais ou menos valiosas segundo sua utilidade prática, escassez e demanda, que estão disponíveis para a realização do modo de relacionamento humano com as demais existências (DE LA CADENA, 2018). Essa intencionalidade, por sua vez, responde ao conjunto de determinantes impostas a esse olhar humano sobre si e sobre sua condição relacional e existencial com os demais pela presença hegemônica do capitalismo como um sistema político-econômico cuja principal sustentação é, exatamente, a sua própria reprodutibilidade, ou seja, a garantia das condições (materiais e imateriais) de sua continuidade pretensamente infinita.

A coexistência entre a diversidade para além do humano e essa forma hegemônica de humano, cuja intenção responde ao desejo imperioso de transformar tudo o que não é a si próprio em utilidades, valores e acúmulos, se dá, portanto, na forma de um conflito constante (LATOUR, 2014; 2018), a partir da perspectiva de uma produção de acontecimentos que são fundamentalmente violentos.

Dessa forma, é necessário considerar esse modo de relacionamento estruturado nesses termos como uma relação definida pelo apartamento entre essa forma humana hegemônica – existencialmente violenta porque crente em sua excepcionalidade – e o conjunto composto não apenas pelas demais formas diversas de humanidade (VALENTIM, 2018; KRENAK, 2019), para além da que exerce pesada hegemonia, mas também por formas de existência extra-humanas (VIVEIROS DE CASTRO, 2012; VALENTIM, 2018), ou seja, formas de vida distintas a essa humanidade e fora de seu controle, e por agenciamentos não humanos (VIVEIROS DE CASTRO, 2012), ecológicos, sistêmicos, complexos, complementares e interdependentes, que permitem, em suas interações, a manutenção das condições para a vida no planeta. Um apartamento que acaba por opor o pensamento dessa humanidade hegemônica sobre si a tudo quanto ela considerada como sendo “para si”.

Consequentemente, a existência dessa forma humana hegemônica acontece nos termos de uma cisão ontológica – uma quebra, um abismo, que ao mesmo tempo em que a aparta das demais coexistências, opõe essa humanidade a outras possibilidades existenciais diversas a si, justificando que tal diversidade seja interpretada apenas em função de si e, finalmente, promovendo um desencontro fundamental.

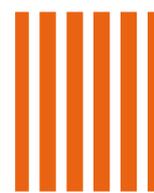
O desencontro fundamental corresponde a uma consequência da atitude leviana assumida em larga medida pela forma hegemônica de humanidade em sua relação existencial com a Terra. Tal atitude encontra-se autorizada e justificada exatamente pela posição perspectiva que essa humanidade permite a si mesma, na medida em que a crença na própria excepcionalidade abre alas para intervenções problemáticas para o conjunto das demais coexistências mas interpretadas como eminentemente necessárias à reprodução da atual hegemonia.

Está aí uma chave que permite a apreciação crítica de acontecimentos humanos que parecem – e efetivamente o são – deletérios à sua própria sobrevivência. São notórios os impactos ambientais (ecológicos, geológicos, geoquímicos, geofísicos, entre outros) que têm aparecido com frequência e intensidades cada vez maiores a partir da interferência (leviana) humana em conjuntos de processos sistêmicos cujo equilíbrio – fruto de incontáveis ciclos de relacionamento, reconhecimento e reverberações – vem sendo desorganizado no contexto da emergência climática de origem antrópica (RIPPLE *et al.*, 2019) que estamos experienciando.

Ou seja, hoje experienciam-se consequências cada vez mais intensas do desequilíbrio em escala planetária que acontece como resposta do sistema dinâmico que é a Terra (CRUTZEN, STOERMER, 2000; STEFFEN, CRUTZEN, MCNEIL, 2007) à manutenção das condições de reprodutibilidade da existência da forma hegemônica de humanidade. O desencontro fundamental, permitido pela cisão ontológica, expressa-se nessa relação tanatológica dessa humanidade com a Terra e demais coexistências: a destruição das condições de existência em nome (justificada e autorizadamente) da perpetuação de um modo de existência devastador, violento e exclusivo (FLETCHER, 2015; SCHAVELZON, 2016).

Essa humanidade hegemônica que se sustenta na destruição e na morte praticadas em nome de algo excepcional produziu, entre outras consequências, as condições que ora reverberam a todos e em todos na forma desse encontro surpreendente – a pandemia de Covid-19. A origem zoonótica do vírus que já matou milhões de pessoas se deu como resposta desequilibrada a uma interferência desse modo de existência hegemônico nos processos além de humanos de morcegos, florestas, cadeias alimentares, doenças infecciosas, “*spillovers*” e demais reverberações para as quais não estávamos preparados – e que nos tornam vulneráveis.

Existir de maneira cindida ontologicamente autoriza a essa humanidade hegemônica uma atitude aparentemente irresponsável diante das consequências da manutenção das condições existenciais necessárias. O verso dessa posição perspectiva desencontrada são os desarranjos,



inclusive ameaçadores, que escapam à intencionalidade e à sensação de controle que essa humanidade criou – sobretudo na Modernidade.

Pensamos a Modernidade como o período no qual inauguram-se marcos importantes de um novo tipo de relacionamento com a Terra (LATOUR, 1994). Um relacionamento que, como vimos, prioriza a criação das condições de sua própria reprodutibilidade, às expensas do bem-estar e do “bem conviver” com as demais coexistências que habitam conosco este planeta. De forma a garantir essas condições, durante esse período produziu-se um ferramental extremamente eficiente dedicado à tarefa de recolher o máximo possível de informações e insumos que garantam o sucesso desse verdadeiro empreendimento (MEDEIROS, 2019) – que tem, por um lado, mobilizado e gasto recursos (eufemisticamente chamados “naturais” e “humanos”) e, de outro, tem dominado (ou determinado) o pensamento humano sobre si, sobre seu lugar no mundo e sobre sua condição existencial perante as demais formas de existência desse planeta.

O empreendimento moderno, que está diuturnamente preocupado em garantir sua própria reprodução, procura convergir para si os esforços voluntários e involuntários de um grande número de agenciamentos – tanto humanos, quanto não humanos –, cujas trajetórias existenciais se interrompidas ou mesmo erradicadas, são logo interpretadas como lateralidades, eminentemente necessárias e coadjuvantes ao percurso que verdadeiramente importa. Esse empreendimento moderno avança por sobre, por entre, por dentro da Terra e demais coexistências com inabalável senso de dever, com propósito, com autorização e justificativa. A empresa moderna invade e se instala de forma violenta – na busca pelo cumprimento de sua tarefa precípua – como um movimento de colonização da Terra em função de si.

A Modernidade, dessa forma, pode ser compreendida como o período histórico no qual uma forma hegemônica de humanidade tem podido tratar a tudo quanto demais exista e conviva consigo em utilidades destinadas a permitir a reprodução de seu específico modo de existência. Esse tratamento, por sua vez, justifica-se pela crença na excepcionalidade da racionalidade instrumentalizada dessa humanidade acontecendo como um empreendimento de colonização eficiente e violento, dedicado ao amealhamento de elementos que garantam sua reprodutibilidade *ad infinitum*.

A metáfora da colonização mercantil ocorrida entre os séculos XV e XVIII coaduna com características do empreendimento moderno que pretendemos pôr em evidência: a extração continuada de quaisquer recursos definidos como tais em função de suas utilidades e valores, para

tanto fazendo uso de contingentes imensos de pessoas escravizadas, promovendo graves desorganizações sociais e ambientais, além de genocídio de alteridades interpostas ao avanço desse movimento. São fatos recorrentes que contribuem para ressaltar que “colonização” aqui não é apenas uma metáfora, na medida em que o relacionamento efetivamente mantido entre a forma hegemônica de humanidade e a Terra erige-se em bases materiais e filosófico-epistemológicas tragicamente semelhantes àquelas do evento da colonização mercantil.

Em outras palavras, o acontecimento do modo de existência ontologicamente cindido da forma hegemônica de humanidade aparece na experiência de todos, inclusive dessa humanidade, como uma sucessão de atos de espoliação violenta de possibilidades de existência diversas. A tarefa de colonização da Terra acontece como eventos catastróficos que nunca cessam (MBEMBE, 2020) de rerepresentar-se como imposição impeditiva de suas existências extra-humanas ao que difere ou diverge ou duvida da autoridade excepcional humana autoconferida (DANOWSKI, 2012; 2015; VALENTIM, 2014).

O ímpeto colonizante da humanidade moderna é a força que tem produzido graves desequilíbrios no funcionamento sistêmico da Terra, sendo, porém, imediatamente justificada em termos de uma caminhada inevitável em direção ao “progresso”. Toda violência, toda destruição, todos os desaparecimentos, todos os incêndios florestais, todo derretimento de geleiras, todas as centenas de extinções diárias, toda miséria, toda doença, todo cinismo – tudo fica prejudicado, emudecido e justificado em função do advento da recompensa final que é (ou será) o progresso.

É conhecida a perturbadora descrição da tela “O anjo da história”, de Paul Klee, feita por Walter Benjamin no seu libelo político dedicado a pensar a posição perspectiva do historiador diante da história humana tal como ela vem sendo produzida e recontada pelos “vencedores” como chama àqueles agentes que se movimentam exatamente em função do ímpeto de colonização ao qual nos referimos aqui.

Há um quadro de Klee que se chama *Angelus Novus*. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o

amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso. (BENJAMIN, 1987, p. 226)

O vento que empurra o anjo sem que ele possa esboçar qualquer reação, uma vez que impelido contra sua vontade, o vento do progresso, produz catástrofe por onde quer que tenha passado e ilustra a tarefa à qual temos nos dado, nós, os representantes dessa humanidade moderna que reivindicamos como nossa a herança de tanta destruição, crendo fundamentalmente em um destino que nos levará ao píncaro no progresso, entendido como evolução inquebrantável da técnica, da ciência, da capacidade de reprodução desse modo cindido de existência, cujas consequências existem como dados de uma realidade que escolhemos produzir e replicar, sobretudo quando diante de empecilhos, entraves – diversidades, alteridades.

A esse conjunto de práticas, certezas, ímpetos, violências, denominamos ethos humano moderno, ou seja, as balizas que indicam o *modus operandi* a ser repetido à exaustão na intenção de manutenção das condições de reprodutibilidade do modo moderno cindido ontologicamente de existir em relação com a Terra e demais coexistências.

O ethos humano moderno corresponde àquilo que parece correto de ser feito, na medida em que motivado por uma “boa intenção” generalizada (STENGERS, 2015) e por um modo tradicional de agir já há muito estabelecido, que se acoplam à prática da tarefa primeira e definidora deste período atual, qual seja, a manutenção das condições de reprodutibilidade do modo de existência da forma hegemônica da humanidade. Trata-se, portanto, de um conjunto de práticas e um comportamento relacional, associado ao projeto colonizante da Terra. Agir em conformidade – ou melhor, produzir um acontecimento – com o que é esperado de um agente (individual, comunitário ou, mesmo, civilizacional) moderno compreende a assunção do ímpeto colonizador como a justificativa principal para as possíveis consequências da busca pelo progresso.

O comportamento ético – ou seja, derivado desse ethos – moderno é pautado pela forma de relacionamento que mantemos com a Terra. Essa relação se dá nos termos de uma cisão ontológica, na qual o pensamento humano sobre si crê em sua excepcionalidade frente às demais coexistências e por isso põe-se como que apartado do seu conjunto, é uma relação eminentemente “desencontrada”, ou seja, é o resultado de uma superação entre o que o sonho humano almeja e as idiosincrasias dos processos dos quais deve participar, justamente porque permitem sua existência.

Em resposta a essa expectativa de ação – informada por essa cisão ontológica – a forma hegemônica humana produz a desorganização deliberada de seu ambiente sem, contudo, julgar-se responsável pelas alterações decorrentes ou obrigada a reconsiderar seus usos e métodos. As consequências que vão se tornando mais e mais frequentes e imprevisíveis são interpretadas como inevitabilidades e como problemas a serem resolvidos – quando não absorvidos pela prática ética moderna abrindo, assim, novas frentes de exploração.

Dessa forma, o ethos humano moderno autoriza-se à contínua produção de catástrofe (STENGERS, 2015), ou seja, consequências prejudiciais ao contexto abrangente das condições de existência de vida (incluindo a vida humana hegemônica, produtora de catástrofe) sempre interessado em controlar o que por alguma razão escapa ao seu avanço colonizante. De tal maneira esse comportamento ético está imiscuído no entendimento humano sobre si que mesmo inadvertidamente se dedicam a replicá-lo.

Na pandemia de Covid-19, por exemplo, uma das recomendações mais frequentes para a prevenção da transmissão do vírus é a correta higienização das mãos. Lavar as mãos com sabão destrói a cápsula de lipídios que envolve o RNA viral, efetivamente desativando sua função replicante. Muitos reaprenderam a como lavar as mãos, passando tal prática à condição de hábito saudável. No entanto, para poderem higienizarem-se as pessoas precisam de água. Nem todas as pessoas têm acesso à água no planeta. E muito poucas estão interessadas (ou sentem-se responsáveis ou obrigadas) em tomar conhecimento do conjunto de processos (técnicos e “naturais”) que precisam estar alinhados para que ao abrir um registro a água efetivamente verta torneira à fora e as mãos possam ser limpas.

Mas antes que em cada furo do crivo apareça uma gota e se prolongue num pinga-pinga ainda incerto, para depois todas juntas, de repente, se avolumarem num círculo de jatos vibrantes, é preciso aguentar a espera de um segundo inteiro, um segundo de incertezas que nada me garante que o mundo ainda tenha água e que não haja se tornado um planeta seco e poeirento como os outros corpos celestes mais próximos, ou que pelo menos exista água suficiente para que eu possa recebê-la aqui, no vão de minhas mãos, longe como estou de qualquer represa e nascente, no coração desta fortaleza de cimento e asfalto (CALVINO, 2010, p. 188).

Estar de tal maneira desobrigado a sequer pensar sobre a origem e os caminhos (artificiais ou não) que trazem até nós algo tão fundamental à sobrevivência é, sem dúvida, uma conquista do

projeto colonizante da Terra, informado por um desencontro entre esse modo hegemônico de existência e tudo o mais que nos circunda. Algo tão basal ser transformado em uma mera utilidade – que com certeza estará disponível sempre que for preciso – é um sucesso do progresso moderno; sobre o qual não pensamos por mais de alguns minutos quando alguma coisa acontece em contrário ao “roteiro”.

Ainda hoje os jornais anunciam (PONTES, 2021; NOGUEIRA, 2021) – como um evento qualquer – a “crise hídrica” dessa quadra, e o fazem de modo a culpar a água pela sua ausência ao afirmar, por exemplo, que a “[i]rregularidade das chuvas ameaça abastecimento de água, impacta agricultura e encarece conta de energia” (PONTES, 2021). A “crise” não é do modelo civilizatório que está desorganizando os padrões climáticos do planeta, provocando períodos secos mais prolongados, mas sim “hídrica”, da água, que falta – interrompendo o fluxo prescrito da marcha em direção ao progresso. O “anjo da história”, de Klee, ao virar-se hoje veria a desolação como usinas hidroelétricas secas, latifúndios improdutivos abandonados, ternos e gravatas ambulantes enriquecendo com investimentos em “práticas corporativas ambientalmente responsáveis”.

A forma hegemônica de humanidade, portanto, corresponde a um conjunto de comportamentos éticos, informados por uma cisão ontológica, que a torna “*irresponsabilizável*” pelas destruições que provoca quando age produzindo acontecimentos catastróficos, eivados de atos de violência existencial, motivados pela busca incessante (e inabalável em sua crença na excepcionalidade humana) pela garantia das condições de reprodutibilidade exatamente desse modo de relacionamento com a Terra e demais coexistências.

Esse diagnóstico serve, enfim, como pretexto para aquilo que julgamos como merecedor de nossa atenção: as existências (forças, agenciamentos, formas de relacionamento, comportamentos, interdependências) que estão e são alternativas a esse ímpeto colonizante que temos experienciado hoje.

2. AINDA NÃO-COLONIZADO: A PRESENÇA DO QUE PERMANECE

No “mar de morros” (AB’SÁBER, 2003) que compõe os contrafortes da Serra da Mantiqueira no Estado de São Paulo é possível, ainda hoje, encontrar reminiscências de paisagens desde muito alteradas significativamente. Em alguns lugares, remanescentes de Mata Atlântica

ainda podem ser vistos, visitados e protegidos. São pequenas manchas com grande fragmentação, que testemunham períodos anteriores, quando toda a região abrigava as condições para a existência desse bioma e de tudo aquilo que direta ou indiretamente contribuía para sua existência.

As matas do mar de morros foram sendo destruídas em uma sequência trágica, posta em movimento por interesses e demandas associados ao progresso, ao acúmulo de riquezas, ao deslinde de eventos associados ao chamado desenvolvimento econômico. A Mata Atlântica – como outros biomas brasileiros – vem sendo colonizada em nome da reprodutibilidade do projeto que para ser bem-sucedido precisa destruí-la. Não é concebível a convivência entre a floresta e tudo quanto coexiste com ela com o ímpeto colonizador humano moderno. Seu desaparecimento quase completo é interpretado como uma inevitabilidade tão pacificada que é possível que a paisagem atual desflorestada, já tão cotidiana, seja entendida como a única forma de existência para os morros e para as pequenas manchas de Mata Atlântica.

Nos mares de morros aos pés da Serra da Mantiqueira o projeto moderno de colonização tem sido muito bem-sucedido. As existências diversas à forma hegemônica de humanidade têm sido mobilizadas de modo eficiente para garantir a plena utilização dos “recursos” disponíveis. A derrubada da floresta, a introdução de latifúndios monocultores de café, de cana-de-açúcar e de eucaliptos, cada qual a seu tempo, a perda de solo pela erosão produzindo o assoreamento dos cursos d’água, o aumento sensível das temperaturas médias anuais e a redução importante nos níveis de precipitação e de vazão dos rios – são todas essas conquistas do progresso (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2018). Em menos de três séculos de ocupação dessas paisagens promoveu-se sua completa desorganização do ponto de vista ecológico, com graves efeitos que são, no entanto, interpretados como sinais de avanço ou meros colaterais “resolvíveis”.

A colonização moderna, como se nota, age em acordo com o ethos humano moderno, por sua vez informado pelo modo de existência cindido ontologicamente que o caracteriza. A realização desse projeto – um acontecimento antrópico – exprime-se na forma de um arrasamento da Terra. Sendo, portanto, catastrófico às divergências. Os resquícios de Mata Atlântica testemunham as consequências desse evento catastrófico que segue acontecendo – como prática, como ideia e como elemento justificador de um modo relacionalmente apartado e irresponsável por parte dessa humanidade.

A catástrofe como acontecimento que nunca cessa (MBEMBE, 2020) ao mesmo tempo em que impõe sobre a Terra e demais coexistências um presente de violência existencial, que procura

tornar a tudo em utilidades, é obrigado a conviver com certas permanências cuja contribuição mais importante é a de aparecer para o ethos humano moderno, como forças desviantes, como devires diversos, como interrupções inesperadas no processo. Tais permanências atrapalham a eficácia da colonização porque podem apontar para modos alternativos a essa forma hegemônica de humanidade que se crê inelutável.

Quando esforços conjuntos conseguem reorganizar pequenas partes do que antes foi uma paisagem produzida por reverberações de múltiplos agenciamentos, essas aparições desviantes reemergem; e o fazem porque ocorre um “*reencaixe*” de processos anteriormente desarrumados.

O replantio de florestas que busca recuperar áreas degradadas precisa de um esforço inicial de reorganização de processos, mas dadas as condições favoráveis à sua manutenção, em pouco tempo algo “*reencaixa*” e mesmo o acompanhamento amiúde pode ser dispensado.³ Parece haver uma memória nas paisagens, na terra, que quando devidamente cuidada assume seu papel na criação de condições de existência da floresta. Ou seja, quando movimentada em direção diversa àquela adotada pelo projeto de colonização moderno, a paisagem responde a partir da recuperação justamente dessas permanências alternativas que existem à revelia do que impõe a forma hegemônica de humanidade.

Recompor a mata não concorda com o projeto de colonização moderno. É exatamente o seu movimento reverso. Uma floresta reorganizada e protegida se traduz como algo que existe para além do controle humano, algo que ao menos a princípio não pode ser tornado utilidade.

Essa produção de catástrofe como a correspondência fenomênica do acontecimento do ethos humano moderno não é, desafortunadamente, exclusividade dessa paisagem. O ímpeto pela destruição caracteriza fundamentalmente a relação de toda humanidade dominada por essa hegemonia e as mais variadas paisagens da Terra e, no entanto, replantada a floresta, reorganizados processos anteriores, instiga a memória da paisagem, retornam as espécies nativas, retornam o solo fertilizado e as fontes de água, retornam as condições de reprodutibilidade de outros modos de existência na reativação de acordos firmados entre as existências divergentes ao ímpeto catastrófico moderno, permanece aquilo que pensamos aqui como “ainda não-colonizado”.

³ Conforme atesta a seção do manual de boas práticas voltadas à recuperação de áreas vegetadas degradadas dedicada à chamada “Regeneração natural sem manejo”, que consiste, basicamente, em “(...) deixar os processos naturais atuarem livremente”. (EMBRAPA, ca. 2012)

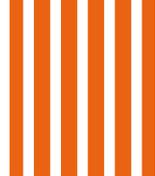
Se é certo que o olhar moderno sobre si, sobre a Terra e demais coexistências é um olhar movido pelo desejo e pela certeza da tarefa da dominação de tudo quando não é si próprio em nome desse propósito, avançando por sobre modos e formas de existências outros-que-humanos, assumindo a configuração de um projeto, com objetivos e consequências catastróficas de colonizar para tornar útil, é preciso também reconhecer que concomitante ao arrasamento produzido pela Modernidade, seguem aparecendo para o ethos humano moderno existências que não estão conformadas em acordo com a intencionalidade dessa colonização.

São existências extra-humanas mantendo com a humanidade os vínculos necessários à produção de condições existenciais para todos, mas não existindo a partir do humano como referência principal. São, portanto, modos e formas de existência não-colonizadas pelo projeto moderno. Até mesmo descrevê-las como “resistências” a esse projeto é insuficiente, na medida em que reforçaria pelo avesso uma centralidade do humano em suas existências que não é necessariamente verdadeira. São permanências, memórias de devires outros, que estão conosco na Terra mas que não dependem de nossa autorização ou aquiescência para tanto.

Ao mesmo tempo, no entanto, em que o não-colonizado permanece existindo à revelia do que deseja o ethos humano moderno, essa condição existencial está constantemente ameaçada. O vislumbre de possibilidades alternativas àquilo que preconiza o desejo moderno é interpretado – de modo ontologicamente cindido – como uma afronta, como um problema, como uma oportunidade e como um risco.

É uma afronta porque, do ponto de vista dessa humanidade, a contradição só pode significar uma atitude conflituosa, algo que pode interromper (apenas por estar ali) o esforço justificado de produção da paz (SILVA, 2016), do silêncio, da unidade em torno da construção de um único objetivo, qual seja, a “mecanomorfose” (COUTINHO, 2017) do mundo.

É um problema porque não apenas pode como deve – indubitavelmente – ser “resolvido” por meio da aplicação dedicada da racionalidade humana, instrumentalizada no sentido de perscrutar seus “segredos” e propor “soluções” que anulem sua existência; algumas vezes incorporando tal resolução às práticas do projeto de colonização. Daí a interpretação de existências não-colonizadas como oportunidades, na medida em que podem ser convertidas (no mais das vezes violentamente) em novas chances de acúmulo, exploração e produção de catástrofe. Por fim, tais existências extra-humanas podem apresentar-se como risco e como ameaça à lhana continuidade do projeto, quando mesmo diante dos esforços mais potentes de controle sobre suas existências



há o imponderável, o caótico, que pode comprometer a tudo e como tal precisa ser tratado ou contido.

Esse conjunto de incertezas que corresponde às existências e agenciamento não-colonizados povoa o horizonte da busca e justificação contínuas por eficácia da colonização por parte do ethos humano moderno. Isso que escapa às demandas da forma hegemônica de humanidade precisamente orienta o avanço do projeto de colonização moderno, cuja finalidade precípua é a produção de um mundo total para si: uma espécie de corrente contínua cujos elos são interdependentes, mas cooperam à criação de um único fim.

Nesse sistema violento produzido catastróficamente pela humanidade moderna não há espaço para incertezas e toda a sua energia, toda a sua vontade e todo o seu desejo estão dedicados à efetiva colonização do que é, por conseguinte, ainda não-colonizado – cuja existência, na perspectiva dessa humanidade, define-se de antemão como colonizada, o resultado esperado e ardentemente desejado.

Dizer “ainda” corresponde a admitir que no moto perpétuo do projeto de colonização moderno aquelas existências que não coadunam com os grandes objetivos dessa forma hegemônica de humanidade são constantemente interpretadas como alvos. Há uma beligerância e uma intolerância constitutivas ao ethos humano moderno com relação a quaisquer diversidades. Nesse sentido – e também na prática –, a colonização humana moderna da Terra e demais coexistências é uma declaração de guerra sempre em acontecimento.

A emergência renitente do ainda não-colonizado torna presente o espectro do fracasso desse empreendimento humano. Ao mesmo tempo, voluntária ou involuntariamente, abrem brechas no monólito em permanente construção da Modernidade, permitindo o vislumbre de pontos de vista diversos que podem contribuir para reflexões que estão além dos entraves instalados pela hegemonia moderna.

Quando a memória da Terra é mobilizada por aqueles que buscam, por exemplo, a recuperação de florestas ou de mananciais, o ainda não-colonizado por vezes emerge na aplicação de determinadas práticas e/ou conhecimentos que vão colaborar para a reativação de antigos acordos e reverberações que por sua vez reproduzirão condições para a reorganização dessas paisagens.

O ainda não-colonizado corresponde a outros elos, de outras – inúmeras – correntes que concorrem para a produção de realidades extra-humanas: formas de plantio, reintrodução de



espécies desaparecidas, coleta e dispersão de sementes, fertilização e proteção de solo, enfim, um conjunto de práticas e de conhecimentos que efetivamente logram a recomposição de uma paisagem. Um trabalho de cuidado, em colaboração, com o objetivo de resguardar diversidades.

Mas não apenas. O ainda não-colonizado, como fuga à dominação hegemônica, não está restrito apenas a situações de colaboração interessada (como na recomposição de uma paisagem florestal). Suas emergências são tantas quanto forem os instantes em que haja condições para as perguntas sobre os fins, os motivos, os direcionamentos de movimentos resultantes do ímpeto colonizante moderno. Mais: quando, num instante, ocorrer o questionamento sobre as justificativas que permitem aquele acontecimento ou a suspensão da certeza de autoridade dessa humanidade para a produção daqueles resultados – nessas fraturas se dá a emergência do ainda não-colonizado.

O acontecimento rebelde da emergência do ainda não-colonizado pode assumir as formas mais diversas: da poética resiliente de raízes que insistem em quebrar calçamentos urbanos ao inescrutável encontro relacional e existencial entre os Krenak do vale do rio Doce e seu avô – o rio, “Watú Nék” (KRENAK, 2019). As rezas e o fervor religioso empregados pelas benzedeiças Brasil à fora, capazes de aliviar o sofrimento daqueles que as procuram fora (muito fora) dos auspícios da farmacologia moderna. Os profetas das chuvas que sabem reconhecer os sinais distintos – na paisagem, nas folhas, no comportamento dos animais, no vento, na cor do dia – da chegada das chuvas do Sertão nordestino. A persistência de todos aqueles que aprendem todos os dias a como cultivar a terra em consonância com ritmos e encontros que repercutem acordos antigos e quase esquecidos.

Os exemplos abundam e sua frequência tende a aumentar quanto mais as fraturas do monólito moderno se alargam e se afastam do centro. O ainda não-colonizado exprime-se culturalmente (ainda há quem faça música porque não tem outra opção, porque precisa fazê-lo para existir plenamente para contar sua história e seus mitos), economicamente (ainda há aqueles que interferem no seu entorno em convívio coexistente com os demais, sem a prática da violência como modo de relacionamento com o outro), politicamente (ainda há aqueles que estão atentos à diplomacia da vida que extrapola o ponto de vista dessa humanidade hegemônica).

Sua permanência é intolerável ao ethos humano moderno porque expõe suas falhas (na cobertura de todo o mundo pelo manto de suas demandas) e, como tal, é interpretado como inimigo, como adversário em um campo de batalha que, no mais das vezes, essa humanidade

construiu e frequenta sozinha – mas que alimenta suas justificativas e autoridade para continuar progredindo.

A permanência da presença incômoda do que está ainda não-colonizado permite a constituição de verdadeiras multidões silentes, cuja existência – interpretada como um contraponto proposital e denunciador – é notada quando atrapalha a marcha em direção ao progresso. São multidões silenciadas, mas não estão quietas. Do ponto de vista da humanidade hegemônica parecem não fazer qualquer barulho, mas é preciso lembrar que esse é apenas um dentre as diversas perspectivas possíveis.

O silêncio no qual parecem existir essas multidões que permanecem é outro indicativo da violência existencial impingida a elas pelo modo de relacionamento ontologicamente cindido praticado pela forma hegemônica da humanidade moderna. Trata-se de um silenciamento mais do que uma propriedade intrínseca a essas multidões. Seu silenciamento decorre da perspectiva existencial a partir da qual observamos as demais coexistências.

Esse silêncio, no entanto, não corresponde à realidade para além da visada humana hegemônica. Há no que está ainda não-colonizado uma miríade de sons, de barulhos, de ruídos – de vozes, diríamos. Vozes para as quais essa humanidade tem tido ouvidos-mocos – deliberadamente ou como consequência do desencontro fundamental de seu modo de existência. Vozes diversas em suas origens, tonalidades, intensidades, intencionalidades, que exprimem fragmentos de acordos que estão fora do escopo dos interesses do projeto de colonização moderno, porque assim decidem, ou seja, porque voluntariamente agem em contrário a tais interesses, ou porque essa é sua condição, sua situação, não procurando relacionar-se com esse projeto humano – nem contra, nem a favor.

São vozes as formas de relacionamento entre a Terra, demais coexistências e o agrupamento de seres que Krenak (2019) vai chamar de “sub-humanidades”. Esse burburinho para o qual estamos surdos está o tempo todo atualizando possibilidades de encontros e de conhecimento entre todas as partes. É, em suma, uma grande conversa, que não começou e não vai terminar, que inclui a todos (mesmo aqueles que já não estão mais atentos a esse acontecimento) e que independe da autorização do ethos humano moderno para existir.

Enquanto isso, a humanidade vai sendo descolada de uma maneira tão absoluta desse organismo que é a terra. Os únicos núcleos que ainda consideram que

precisam ficar agarrados nessa terra são aqueles que ficaram meio esquecidos pelas bordas do planeta, nas margens dos rios, nas beiras dos oceanos, na África, na Ásia ou na América Latina. São caiçaras, índios, quilombolas, aborígenes – a sub-humanidade. Porque tem uma humanidade, vamos dizer, bacana. E tem uma camada mais bruta, rústica, orgânica, uma sub-humanidade, uma gente que fica agarrada na terra. (KRENAK, 2019, p. 21-22)

Imagine-se uma rede formada por inúmeros filamentos; não fios estáticos, apenas arranjados de certa maneira e inertes, mas sim filamentos, apêndices, partes de algo que vive e que, portanto, adapta-se, move-se, reconfigura sua situação em função de estímulos externos a si. Uma rede, por exemplo, formada por raízes vegetais ou cordões miceliais de fungos, que têm uma função, uma tarefa, um objetivo, diríamos, não sendo apenas estruturas fixas.

Nessa rede filamentosa, cada cruzamento inesperado resulta em uma reorganização das intenções mantidas até ali. Um novo movimento começa, fruto desse encontro, da disputa entre os diferentes objetivos e de forma caótica e responsiva, constantemente a rede de filamentos se altera, muda de forma, reestrutura-se. Um conjunto de movimentos – de diálogos, no contexto de uma intensa conversa – que existe como tal não por uma determinação externa à rede (uma vontade, um controle, o desejo de um demiurgo), mas por infinitas negociações e relações que se dão em todas as escalas, envolvendo todas as agências.

Essa rede não está “em paz”, pelo menos não no sentido que a Modernidade confere à noção de paz. Pelo contrário, não se trata de um movimento único, com um objetivo definido, em função do qual todos os esforços estão dirigidos. Nessa rede de filamentos, viva e caótica, o conjunto é formado pela diversidade de direções e respostas.

De um modo que escancara o apartamento da forma hegemônica de humanidade, respondendo ao ethos humano moderno informado pela cisão ontológica, todo esse debate que reverbera encontros, acordos, negociações, que produz as condições para a coexistência de uma multiplicidade de modos e formas de existência está sendo silenciado.

Ao assumir que tudo o mais existe silenciosamente e que apenas a voz que repercute as suas determinações e idiosincrasias deve ser ouvida – ou seja, é a única que merece atenção – o ethos humano moderno alija-se deliberadamente (com racionalidade, justificativa e autorização) da “arena cosmopolítica” (STENGERS, 2018), com graves consequências.

A arena cosmopolítica corresponde justamente ao instante e ao lugar no qual a conversa intensa entre um número importante de vozes negocia e acorda as condições de suas existências,

sempre em disputa, sempre em cooperação, sem precisar de qualquer autoridade que faça a mediação de tal encontro, sem que haja qualquer imposição de uma ordem hegemônica sobre os movimentos que vão sucedendo à revelia de todos, mas em constante e fundamental relação entre todas as presenças. Esse instante e esse lugar acontecem sempre: vez que criam a Terra como ente vivo, responsivo e complexo, no qual coexiste essa necessária diversidade.

O diálogo que constitui a arena cosmopolítica exprime a existência do ainda não-colonizado, na medida em que são perspectivas que escapam ao projeto de colonização moderno. São ações, forças, comportamentos, corpos, línguas, jeitos de comer e de vestir, expressões de amor e de ódio, expectativas, discordâncias que não existem em função desse projeto, dessa tarefa principal do ethos humano moderno – e que, portanto, são imediatamente interpretados como inimigos, empecilhos, problemas que devem ser silenciados para não impedir o avanço do progresso humano.

O silenciamento – e, muitas vezes, a destruição da possibilidade de existência da arena cosmopolítica – é outro triunfo da Modernidade. Ao desaparecer com a diversidade, com o burburinho inaudito, esse moto contínuo pacifica o mundo, arrasando-o, de acordo com seus interesses. Fazendo isso, age paradoxalmente no sentido de proibir aquilo que busca acima de tudo: a reprodutibilidade desse modo de existência cindido ontologicamente.

A cosmopolítica (STENGERS, 2018) diz sobre as possibilidades de atenção exatamente a esse burburinho de vozes que está ao mesmo tempo e no mesmo lugar em que a forma hegemônica de humanidade está. Uma atenção que encontra-se toldada pela crença patrocinada pelo ethos humano moderno na excepcionalidade do modo de existência moderno, que conduz a uma autoconferida autoridade sobre as demais coexistências, que justifica – entre outras questões – a surdez seletiva praticada em nome da produção de (mais) catástrofe.

Pois, a atenção voltada aos murmúrios, ou seja, a consideração consequente de alteridades desviantes ao destino traçado pela própria humanidade, é uma ameaça, um mal agouro, um erro. Porque, se a arena cosmopolítica precisa das muitas vozes em diálogo, complexificando as relações em função da imensa diversidade de perspectivas a serem consideradas, o projeto da colonização da Terra tornada uma totalidade precisa do silêncio, ou seja, precisa arrasar com a diversidade de vozes – na prática e intelectualmente –, para que seus objetivos sejam interpretados como justos, lícitos, nobres.

Um olhar que, por outro lado, preze pela consideração da arena cosmopolítica imediatamente ganha em complexidade. Essa complexidade desacelera todo o processo, permitindo uma brecha na qual as partes que estão sendo afetadas possam ser reconhecidas. Uma pausa desse tipo, no percurso determinado e conhecido do projeto de colonização humano, é uma chance para a reflexão, para o questionamento sobre rumos e execuções, para a dúvida sobre as motivações e resultados. Desse modo, desacelerar não é uma opção para o ethos moderno, na medida em que contraria sua própria essência como modo de existência.

Nesse contexto, de moto perpétuo em direção a mais produção de catástrofe, infelizmente, é preciso ressaltar o papel desempenhado pelo método científico em sua acepção moderna como instrumento de produção de conhecimento sobre a diversidade de vozes na arena cosmopolítica. No arranjo de intenções que permite o acontecimento do projeto de colonização humano, à ciência moderna cabe a tarefa de explicação (investigação, catalogação, dissecação...) dos fenômenos e dos “segredos” que podem impedir ou apoiar o avanço do progresso.

Confere-se ao pensamento científico essa autoridade (de produzir conhecimento que auxilie na perpetuação dessa humanidade), espera-se que assim o faça, de modo pretensamente hermético (em condições absolutamente controladas), exigindo um avanço contínuo, uma resposta às demandas como símbolo do sucesso e da inevitabilidade do progresso (PRIGOGINE; STENGERS, 1984; STENGERS, 2015). O método científico paulatinamente construído na Modernidade especializa-se na criação de condições (materiais e epistemológicas) para a reprodutibilidade da forma hegemônica de humanidade e para o arrasamento da diversidade da qual somos parte constituinte.

A produção de conhecimento científico instrumentalizado (e instrumentalizável, sobretudo) coopera para a promoção do modo ontologicamente cindido da existência esposado pelo ethos humano moderno. Diante disso, seria possível vislumbrar saídas, rotas de fuga, ou, em outras palavras, haveria espaço para a emergência de dúvidas em relação ao modo como essa forma hegemônica de humanidade se relaciona com a Terra e demais coexistências?

3. ENCONTRO POR ACONTECER: VARIAR PERSPECTIVAS, OUVIR MURMÚRIOS

A potência avassaladora que é mobilizada quando dizemos “Avenida Paulista”, em grande medida associa-se à imagem, já muito sedimentada, daquela paisagem repleta de símbolos que são interpretados como símbolos de bom sucesso do modo de relacionamento com a Terra e demais coexistências por parte da forma hegemônica de humanidade.

A sequência quase ininterrupta de arranha-céus envidraçados, rodeados por muita iluminação, por muita propaganda, por equipamentos urbanos que trazem na sua raridade a expressão da desigualdade socioespacial da cidade onde fica a avenida; tudo isso convivendo com pessoas dedicadas aos negócios, ao dinheiro, à produção, à indústria; interpondo-se, o movimento constante de carros, motos, trens, pedestres, ciclistas, todos com propósito e destino, a qualquer hora do dia ou da noite. A Avenida Paulista pulsa como uma artéria crucial do organismo vivo que sustenta, *pars in toto*, o capitalismo brasileiro e, em certa medida, o capitalismo globalizado que se apodera, hoje mais do que nunca, da Terra como totalidade disponível.

É comum – e até esperado – que a imagem modernamente construída daquela avenida, ou seja, aquilo que ela representa como simbologia potente no pensamento humano sobre si, sobre seu propósito e sobre seu percurso, seja interpretado como progresso – bom e justo. A grandiosidade alcançada por sua configuração, fruto de uma arquitetura monumental, associada à expectativa criada em torno de sua relevância, permitem uma experiência quase ficcional da paisagem que existe hoje. Trata-se de um símbolo poderoso e múltiplo, a depender do ângulo predominante no ato de sua experiencição.

Porém, a avenida que hoje permite experiências múltiplas àqueles que se relacionam com ela existe em função da violenta desorganização – diríamos, colonização – de paisagens anteriores, que estão como que soterradas sob os escombros da prática destrutiva que vem acontecendo ali há alguns séculos. A Avenida Paulista exprime com grave potência exatamente o sucesso do projeto de colonização ao qual se dedica o ethos humano moderno. Não como uma ilha, mas como um nó, um elo na corrente que estrutura tal projeto, espalhada pela superfície da Terra.

Isso que aparece hoje como avenida-símbolo da eficiência da colonização humana do planeta já foi – e, talvez crucialmente para o argumento desse texto, ainda seja, ainda venha a continuar sendo – o Caaguaçu dos povos que habitavam (com) aquela paisagem.

“*Ka’a gñaçã*” (NAVARRO, 2013), a “mata grande”, o “espigão central” (AB’SÁBER, 2007) dividindo as águas das bacias dos rios Tamanduateí e Pinheiros, recoberto de grande mata e repleto de nascentes e fontes em suas encostas. Um morro florestado, povoado por uma diversidade de

encontros, acordos e reverberações, que cooperavam a produção de uma paisagem viva, dialógica, rica, complexa, cuja existência, hoje, é um vir-a-ser, um (re)tornar-se, uma possibilidade “*aterrante*” (de volta à terra) que está obrigada a submeter-se à violência da avenida-símbolo, construída na destruição de todas as outras formas desviantes de relacionamentos que existiam diplomaticamente ali.

O Caaguaçú não desapareceu com a colonização daquela paisagem, mas está impedido, proibido – suas conversas cosmopolíticas silenciadas. Basta um olhar atento para as alteridades, e ainda agora é possível ouvir o murmúrio (metafórico e úmido) das nascentes que insistem em jorrar, ainda que confinadas às garagens dos edifícios ou às tubulações subterrâneas (ARAÚJO, 2021). A violência que reforça a existência da avenida em função da destruição do que houve ainda não conseguiu destruir (ou colonizar) certas permanências.

Ainda hoje, se dedicamos a nossa atenção àquela paisagem que assoma até mesmo assustadora em sua imposição tanatológica – na medida em que vem sendo estabelecida em função da morte e da destruição de outras possibilidades –, é possível encontrar com permanências que seguem existindo apesar, à revelia, e, mesmo, em completo alheamento ao esforço de controle por parte do ethos humano moderno. A presença do que permanece ainda agora abre frestas nas quais o monólito humano precisa conviver com as conversas que constituem a arena cosmopolítica, ainda que sob grande pressão e ameaça de extermínio naquela avenida-símbolo do desenvolvimento humano.

A Avenida Paulista, como Caaguaçú em constante devir, como existência (ainda hoje) emergente do diálogo cosmopolítico que a constitui, cumpre aqui o papel de representar um modo de relacionamento com a Terra e demais coexistências que, desafortunadamente, não é exclusivo. Esse relacionamento baseado em atos de grave violência existencial, na surdez seletiva aos murmúrios da arena, na cisão ontológica fundada na crença da excepcionalidade humana e em movimento inquebrantável na busca pela garantia das condições de sua reprodutibilidade corresponde, como ressaltamos, à forma hegemônica de humanidade. Tudo aquilo que é interpretado ora como recurso, ora como impedimento à efetiva execução desse acontecimento, qual seja, a colonização do planeta por essa humanidade, precisa ser controlado, catalogado, conhecido.

Diante disso, é imperativo que, no decorrer do processo de colonização da Terra e demais coexistências, recursos e impedimentos sejam extirpados de quaisquer outras características que

ambos possam ter características que lhes confeririam valor, propósito e relevância devem ser menosprezadas ou, mesmo, ignoradas, para que a tarefa dedicada a utilizá-los e extingui-los, respectivamente, possa acontecer livremente.

Ou seja, um morro florestado, repleto de vida em expressões as mais diversas à humana, precisa ser entendido, interpretado e visto como apenas um cenário inerte, cujos elementos componentes (conhecidos e explicados) existem em função tão-somente de determinações próprias a essa humanidade. Faz-se necessário – como tarefa – o silenciamento daquela (de todas) as paisagens, para que sua destruição esteja, então, plenamente justificada. Uma paisagem que reclama e rejeita tais determinações não está adequada – atrapalha, incomoda, atrasa o progresso.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vista desse comportamento motivado por uma intencionalidade colonizadora, é preciso um esforço em sentido contrário, uma atitude que permita justamente uma parada no movimento produtor de catástrofe. É preciso que a noção de inevitabilidade associada à produção de catástrofe por parte dessa forma hegemônica de humanidade seja questionada; que suas consequências sejam ponderadas fora do escopo das determinações esposadas pelo ethos humano moderno; e que seus agentes – as mais variadas ferramentas que são úteis ao progresso tal como ele é preconizado hoje – sejam confrontados e tenham suas ações repensadas.

Um instante de dúvida, portanto, precisa instalar-se no acontecimento existencialmente violento que é o projeto de colonização moderno. Algo que cumpriria a função de um “freio de arrumação”, desorganizador em essência de processos postos em marcha com a função de produzir um mundo único e pacificado. Uma quebra, um “afrente”, uma parada – formas ameaçadoras ao necessário moto contínuo do projeto moderno.

Esse instante poderia realizar-se como um ato de atenção dedicada à sincera consideração dos murmúrios há tanto tempo silenciados pelas imposições do progresso. Estancar o movimento, por um instante, para ouvir o burburinho da arena cosmopolítica na qual estamos envolvidos. Um instante de atenção à rede filamentosa de vozes outras-que-humanas que estão conosco a todo momento, e que podem comunicar direcionamentos alternativos àquele que vimos assumindo como bom ou correto.

Imagine-se o revolucionário que seria uma Avenida Paulista cuja centralidade fosse a de recuperar relacionamento diplomáticos que permitiam a existência do Caaguaçu, abrindo suas vertentes para a recomposição de matas e mananciais. Imagine-se toda a vertente em direção ao Tamandateí (re)tornada em floresta e água, sem a exclusão da presença humana, mas tornando essa presença uma coexistência menos concorrente e mais colaborativa.

Imagine-se a espinha dorsal da cidade símbolo do capitalismo brasileiro – especialmente bem-sucedido na implementação da colonização violenta de devires dissonantes – convertida em paisagem dedicada à permanência visível da coexistência dialógica entre a humanidade e demais alteridades. Note-se: não uma coexistência pacífica entre ambas as agências, mas um reconhecimento mútuo, uma reescrita de acordos anteriores, vilipendiados em nome da reprodutibilidade do modo ontologicamente cindido de existência que experienciamos hoje. Justamente, uma reativação da parte que cabe à humanidade plural na conversa que mantêm existindo a arena cosmopolítica e a própria Terra. Imagine-se.

A própria ação intencional de imaginar um presente diverso às paisagens que como a Avenida Paulista vêm sendo destruídas e silenciadas em função do processo de colonização moderna oferece uma abertura – ainda que singela – na redoma de desatenção em que se transformou o modo de existência hegemônico atual. Trata-se de um exercício de fricção entre o movimento que se pretende unidirecional do progresso e as diversas possibilidades que divergem dessa determinação.

Mais do que isso, defendemos que a partir do ato de atentarmos aos murmúrios da arena cosmopolítica quando refletimos intencionalmente sobre a própria condição humana na Terra podemos estar promovendo um instante de pausa, em cuja fertilidade fica permitido que duvidemos de instâncias particulares e, mesmo, comunitárias da forma como temos nos relacionado conosco, com a Terra e com demais coexistências.

Ou seja, o ato de atenção, tornado uma atitude relacional para com as demais vozes da arena cosmopolítica, é uma chave possível para que ocorra um fundamental (re)encontro existencial entre a forma hegemônica de humanidade e as coexistências efetivamente vistas em sua diversidade, não como recurso ou empecilho, mas como entes vivos, responsivos e partícipes do contexto que permite nossa própria existência.

Um reencontro dessa magnitude implica em uma necessária infusão de outras perspectivas além-de-humanas nos propósitos associados a uma existência humana tornada responsável (e

responsabilizável) pelas consequências de seu modo relacional. A variação de perspectivas para além do ponto de vista humano seria quase inevitável, na medida em que a existência dessa reconhecida diversidade não teria mais como ser menosprezada.

Imagine-se. Uma atitude renovada da humanidade que se define agora em função de um projeto catastrófico e tanatológico – procurando ativamente por considerar diferentes pontos de vista no momento da execução de suas tarefas. Um modo de existência dessa humanidade adensado por uma riqueza e complexidade de perspectivas – justificando não mais acontecimentos destrutivos, mas de cooperação cosmopolítica.

Diante dessa imaginação, considerando que falamos aqui a partir de uma reflexão geográfica sobre a relação existencial entre a humanidade e a Terra, talvez nos caiba questionar: que pode vir a ser uma (ou várias) geograficidade (DARDEL, 2011) dessa reconhecida diversidade? Dito de outro modo, que geograficidade existem para além daquela experienciada pelos humanos? Mais ainda, que mediações – que mundos, diríamos – emergem de geograficidade diversas?

Se a geograficidade pertence à maneira como os humanos existimos na Terra, é preciso perguntar a que “humano” tal formulação se refere e, variando a perspectiva (enriquecendo e complexificando o pensamento), como se dão as expressões de existências relacionais entre as demais alteridades que compõem conosco a arena cosmopolítica, de modo diplomático (ou seja, em acordo e disputa) e dialógico (permanecendo em conversa)?

Propomos, por fim, que a variação perspectiva à qual almejamos deveria encontrar reverberação, entre outras, na compreensão de que o projeto de colonização, informado por uma cisão ontológica do ethos humano moderno é uma alternativa entre tantas, e que na permanência do ainda não-colonizado podemos encontrar divergências que nos auxiliem a quebrar o ciclo vicioso de produção de catástrofe que tem atingido, hoje, a condição de inviabilizador de outros futuros.

REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, Aziz N. **Geomorfologia do sítio urbano de São Paulo**. (Edição fac-similar – 50 anos) São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

AB'SÁBER, Aziz N. **Os domínios de natureza no Brasil** – Potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ARAÚJO, Mateus. 'De onde vem essa água?': em viaduto de SP, bica mata sede de quem precisa. **TAB UOL**, São Paulo, 4 julho 2021. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2021/07/04/de-onde-vem-essa-agua-em-viaduto-de-sp-bica-mata-sede-de-quem-precisa.htm>. Acesso em: 27 jul. 2021.

BENJAMIN, Walter. Teses sobre o conceito da história, 1940. In: BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas, Vol. 1**. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. (Tradução Sérgio Paulo Rouanet.) São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 222-232.

CALVINO, Italo. **Um general na biblioteca**. (Tradução de Rosa Freire d'Aguiar.) São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CHUANG, Chun-Mei. Politics of Orbits: Will We Meet Halfway? **e-flux journal**, Nova York, n. 114, p. 01-08, dez. 2020. Disponível em: <https://www.e-flux.com/journal/114/366096/politics-of-orbits-will-we-meet-halfway>. Acesso em: 31 mar. 2021.

COUTINHO, Juliana F. S. **A cosmopolítica dos animais**. 2017. Tese (Doutorado em Filosofia) — Departamento de Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=32505@1>. Acesso em: 14 out. 2019.

CRUTZEN, Paul J.; STOERMER, Eugene F. The “Anthropocene”. **IGBP Newsletter**, n. 41, p. 17-18, 2000. Disponível em: <http://www.igbp.net/download/18.316f18321323470177580001401/1376383088452/NL41.pdf>. Acesso em: 17 out. 2019.

DANOWSKI, Déborah. **Negacionismos**. São Paulo: n-1 edições, 2015.

DANOWSKI, Déborah. *καταστροφή*: o fim e o começo. In: COLÓQUIO TERRATERRA (CÚPULA DOS POVOS), 1, 2012, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. 2012. Disponível em: https://www.academia.edu/5071767/καταστροφή_o_fim_e_o_começo. Acesso em: 17 out. 2017.

DARDEL, Eric. **O Homem e a Terra** – Natureza da realidade geográfica. São Paulo: Perspectiva, 2011.

DE LA CADENA, Marisol. Natureza incomum: histórias do antrope-cego. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 69, p. 95-117, abr. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/145635>. Acesso em: 27 abr. 2018.

EMBRAPA. Estratégia de recuperação | Regeneração natural sem manejo. [ca. 2012] Disponível em: <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/regeneracao-natural-sem-manejo>. Acesso em: 13 jul. 2021.

FLETCHER, Robert. Capitalizando o caos: mudanças climáticas e capitalismo do desastre. **ClimaCom**, Campinas, ano 2, v. 4, p. 36-55, dez. 2015. Disponível em: <http://climacom.mudancasclimaticas.net.br/capitalizando-o-caos-mudancas-climaticas-e-capitalismo-de-desastre/>. Acesso em: 8 dez. 2019.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos** – Ensaio de antropologia simétrica. (Tradução de Carlos Irineu da Costa.) São Paulo: Editora 34, 1994.

LATOUR, Bruno. Para distinguir amigos e inimigos no tempo do Antropoceno. **Revista de Antropologia (USP)**, São Paulo, v. 57, n. 1, p. 11-31, 2014. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/87702>. Acesso em: 17 out. 2017.

LATOUR, Bruno. Qual cosmos, quais cosmopolíticas? Comentário sobre as propostas de paz de Ulrich Beck. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 68, p. 428-441, abr. 2018. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/145662>. Acesso em: 27 abr. 2018.

LOVELOCK, James E.; MARGULIS, Lynn. Atmospheric Homeostasis by and for the Biosphere – The Gaia Hypothesis. **Tellus**, v. 26, n. 1-2, p. 1-10, 1974. Disponível em: <http://doi.org/10.3402/tellusa.v26i1-2.9731>. Acesso em: 17 mar. 2017.

MBEMBE, Achille. Meditation on the Second Creation. **e-flux journal**, Nova York, n. 114, p. 01-03, dez. 2020. Disponível em: <https://www.e-flux.com/journal/114/364960/meditation-on-the-second-creation>. Acesso em: 31 mar. 2021.

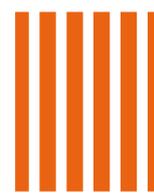
MEDEIROS, Rondinely G. Mundo quase-árido. **Ilha (Revista de Antropologia)**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 21-37, jun. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8034.2019v21n1p21>. Acesso em: 10 dez. 2019.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Impactos da mudança do clima na Mata Atlântica**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2018. Disponível em: https://antigo.mma.gov.br/images/arquivos/biomas/mata_atlantica/Impactos%20da%20Mudanca%20do%20Clima%20na%20Mata%20Atlantica.pdf. Acesso em: 30 jul. 2021.

MOREIRA, Assis. Distribuição desigual de vacinas cria 'apartheid' mundial, diz diretora da OMS. **Valor Econômico**, São Paulo, 11 julho 2021. Disponível em: <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2021/07/11/distribuicao-desigual-de-vacinas-cria-apartheid-mundial-diz-diretora-da-oms.ghtml>. Acesso em: 27 jul. 2021.

NAVARRO, Eduardo de A. **Dicionário de tupi antigo** – A língua indígena clássica do Brasil. São Paulo: Global Editora, 2013.

NOGUEIRA, Marta. ONS vê piora de cenário com crise hídrica; especialista alerta para risco de apagões pontuais. **UOL**, São Paulo, 23 julho 2021. Disponível em:



<https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2021/07/23/ons-ve-esgotamento-de-praticamente-todos-recursos-energeticos-em-novembro.htm>. Acesso em: 27 jul. 2021.

O “ESCANDALOSO desequilíbrio” na distribuição de vacinas contra a covid-19 entre ricos e pobres. **El País**, Madrid, 9 abril 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/ciencia/2021-04-09/o-escandaloso-desequilibrio-na-distribuicao-de-vacinas-contra-a-covid-19-entre-ricos-e-pobres.html>. Acesso em: 28 jul. 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. WHO Director-General's opening remarks at the media briefing on COVID-19 - 11 March 2020. 2020a. Disponível em: <https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---11-march-2020>. Acesso em: 30 jun. 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. WHO Director-General's statement on IHR Emergency Committee on Novel Coronavirus (2019-nCoV). 2020b. Disponível em: [https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-statement-on-ihr-emergency-committee-on-novel-coronavirus-\(2019-ncov\)](https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-statement-on-ihr-emergency-committee-on-novel-coronavirus-(2019-ncov)). Acesso em: 30 jun. 2021.

PONTES, Nadia. O que deixou o Brasil à beira de uma crise hídrica histórica? **Deutsche Welle Brasil**, São Paulo, 22 junho 2021. Disponível em: <https://p.dw.com/p/3vJUR>. Acesso em: 28 jul. 2021.

PRIGOGINE, Ilya; STENGERS, Isabelle. **A nova aliança** – Metamorfose da ciência. (Tradução Miguel Faria; Maria Joaquina Machado Trincheira.) Brasília: Editora da UnB, 1984.

RIPPLE, William J.; WOLF, Christopher; NEWSOME, Thomas M.; et al. World Scientists' Warning of a Climate Emergency. **BioScience**, v. 70, n. 1, p. 8-12, nov. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/biosci/biz088>. Acesso em: 30 ago. 2020.

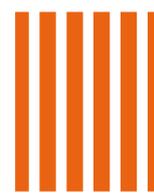
SCHAVELZON, Salvador. Dossiê – Cosmopolíticas e ontologias relacionais entre povos indígenas e populações tradicionais na América Latina. **Revista de Antropologia (USP)**, v. 59, n. 3, p. 7-17, 2016. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/124798/121474>. Acesso em: 15 abr. 2017.

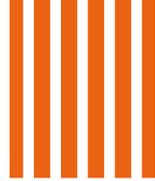
SILVA, Cleber D. L. Uma só ou várias fontes cosmopolíticas? **ClimaCom**, Campinas, ano 6, v. 3, p. 47-68, 2016. Disponível em: <http://climacom.mudancasclimaticas.net.br/uma-so-ou-varias-fontes-cosmopoliticas>. Acesso em: 11 dez. 2019.

SOARES, Letícia M. Multinaturalismo e equivocidade de mundos em tempos de crise ambiental. **Cadernos PET-Filosofia**, v. 18, n. 2, p. 216-240, ago. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/petfilo/article/view/68084>. Acesso em: 5 ago. 2020.

STEFFEN, Will; CRUTZEN, Paul J.; MCNEILL, John R. The Anthropocene – Are Humans Now Overwhelming the Great Forces of Nature? **Ambio**, v. 36, n. 8, p. 614-621, 2007. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/25547826>. Acesso em: 14 ago. 2017.

STENGERS, Isabelle. A proposição cosmopolítica. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 69, p. 442-464, 2018. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/145663>. Acesso em: 13 ago. 2018.





STENGERS, Isabelle. **No tempo das catástrofes** – Resistir à barbárie que se aproxima. (Tradução Eloísa Araújo Ribeiro.) São Paulo: Cosac & Naify, 2015.

THE LANCET. Climate and COVID-19: converging crises. **The Lancet**, v. 397, jan. 2021. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)32579-4](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)32579-4). Acesso em: 26 jul. 2021.

VALENTIM, Marco A. A sobrenatureza da catástrofe. **revista landa**, Florianópolis, v. 3, n. 1, p. 3-25, 2014. Disponível em: <http://www.revistalanda.ufsc.br/PDFs/vol3n1/1>. Acesso em: 11 dez. 2019.

VALENTIM, Marco A. Antropologia & Xenologia. **Revista ECO-Pós**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 343-363, 2018. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos/article/view/20499. Acesso em: 14 out. 2019.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. “Transformação” na antropologia, transformação da “antropologia”. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 151-171, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132012000100006. Acesso em: 17 out. 2017.

WANG, Chen; HORBY, Peter W.; HAYDEN, Frederick G.; GAO, George F. A novel coronavirus outbreak of global health concern. **The Lancet**, v. 395, n. 10223, p. 470-473, fev. 2020. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(20\)30185-9/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(20)30185-9/fulltext). Acesso em: 12 jul. 2021.

